

Sobre o inglês global e a transmutação dos estudos pós-coloniais em “literaturas em inglês”^{1 2}

Rita Raley*
Larissa de P. Cavalcanti**

O que significa falar de uma Literatura Mundial em Inglês? De que formas poderiam os estudos sobre diáspora e transnacionalismo estarem ligados ao fenômeno contemporâneo do Inglês Global, ou com um modo de compreender o mundo que posicione o inglês em seu centro? O que os estudos de diáspora e transnacionalismo poderiam aprender com a “questão de linguagem” frequentemente levantada na discussão sobre imperialismo cultural e escrita pós-colonial? O que poderiam eles aprender sobre a questão do globalismo, agora tão ubíqua na crítica contemporânea? Como o conceito de literatura em inglês se relaciona, por um lado, com o esboço de Eduard Glissant (1989, p. 250) de uma “liberação” resultante de risco enfrentado por grandes línguas em função dos criolos e, de outro, com o desejo implícito de Frederic Jameson (1991, p. 16-17) por um padrão linguístico, filosoficamente universal não contornado pela heteroglossia linguística? Essas questões definem o terreno conceitual desse artigo, no qual leio a transmutação discursiva da disciplina Estudos Pós-Coloniais para “Literaturas em Inglês” como um sintoma e uma causa da visibilidade emergente do Inglês Global como uma configuração disciplinar reconhecível, situada no entremeio da cultura contemporânea e acadêmica. No desenvolver desse artigo, mapeio a transmutação discursiva e suas condições prévias necessárias – o investimento crítico no “global”, a renovada atenção aos dialetos, a abstração do pós-colonial – como um modo de articular ressalvas profundas sobre o “novo universalismo”, do qual a Literatura em Inglês é uma instância primária. Como um subcampo do estudo acadêmico, a Literatura em Inglês é marcada pela atenção crítica à heterogeneidade linguística e às diferenças internas entre culturas

¹ Tradução do artigo “On Global English and the Transmutation of Postcolonial Studies into “Literature in English”, publicado em: *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, Volume 8, Number 1, 1999, pp. 51-80.

² O artigo foi primeiro submetido para publicação em 1998. Alan Liu, Russel Samolsky, David Simpsons Khachig Tölölyan e Timothy Wager fizeram comentários, críticas e sugestões valiosas. Quero agradecer a Shirley Li, Jody Enders, Lyn Korenir e Vince Willoughby, também, por suas leituras cuidadosas de porções do texto.

* Autora do artigo. Professora Associada da Universidade da Califórnia – UCSB. Santa Bárbara – Califórnia – Estados Unidos da América.

** Professora Dra. da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UAST/UFRPE. Serra Talhada – PE – Brasil. E-mail: laracvanti@gmail.com.

falantes de inglês, e isso significa, portanto, a desestabilização de toda a noção de língua padrão que tem sido historicamente alinhada ao colonialismo. Apoiando-se, como faz, nos conceitos críticos de hibridização e criolização cultural, essa celebração da heterogeneidade linguística procura possibilidades emancipatórias no “responder” literal a forças imperiais do monolingualismo. Todavia, a Literatura em Inglês, o inglês global, os estudos globais, e os cosmopolitismos podem ser lidos como novos universalismos que meramente simulam os antigos, eles mesmos possuidores de um impulso homogeneizante e totalizador, e que significam uma violência epistêmica e literal que a academia não pode se dar o luxo de ignorar³.

Após atingir a maioria em uma academia que reverberava com as novas influências dos Estudos Pós-Coloniais e com a profunda crítica que elas impunham sobre as epistemologias ocidentais e suas premissas sobre o mundo, estudiosos de minha geração são agora testemunhas de uma mudança dramática que é a mutação desse campo crítico na Literatura em Inglês⁴. As consequências de uma língua globalmente comum que essa nova configuração disciplinar implica ainda têm que ser articuladas. Sem sugerir a possibilidade de total cobertura disciplinar, defendo que os Estudos Pós-Coloniais ainda têm de fazer as pazes com o inglês global, e realizar esse escrutínio é importante porque é, precisamente, através dessa língua que aquele campo veio a existir mais proeminentemente na academia ocidental. Dentro da Literatura de Língua Inglesa e da Literatura Comparada, onde tiveram sua primeira cristalização no Ocidente, os Estudos Pós-Coloniais ainda são primariamente um estudo do Império *Inglês*, apesar dos termos vagamente metafóricos que têm sido empregados e do crescente corpo de críticas advindos da Ásia Oriental. Mesmo que uma substancial história do inglês como programa linguístico, cultural e literário tenha se acumulado, o problema de uma pressuposta língua global ainda precisa ser ensinado, e a centralidade do inglês, em particular, precisa de maiores considerações, pois essa “língua da cultura” continua a gozar de privilégio acadêmico e científico (ZACHRISSON, 1932, p. 10). Embora as fantásticas promessas de um meio de comunicação benigno e neutro que responda a uma visão de uma língua globalmente comum, os inexoráveis entrelaçamentos da língua e da cultura são tais que

³ Embora defenda as similaridades teóricas, um caso extenso pode ser defendido também para as diferenças práticas entre universalismo (geralmente considerado a província do cosmopolitismo) e do globalismo. Invocar o cosmopolita é situar esses pontos discursivos dentro de uma tradição filosófica trazida por Kant. Ver, Cheah e Robbins (1998); Brennan (1997), e Bohman e Lutz-Buchmann (1997); em Bhabha (1996) ver também “Unsatisfied” sobre o “cosmopolitismo vernacular”. Uma conexão interessante também pode ser feita com a ideia de “sotaque cosmopolita”, ver “Future” também em Bhabha (1996).

⁴ Para insistir que a crítica pós-colonial considera a noção de uma agenda pragmática e unificada que implico aqui, ver a rejeição de Spivack (1993) tanto da alcunha “o crítico pós-colonial” quanto da significação formulaica de um programa de “estudo”.

essa mítica língua comum ainda está vinculada a valores culturais particulares, mesmo que mascarados pelo universalismo.

A peça de Wesley Enoch e Deborah Mailman (1996), *Os sete estágios do luto*, oferece uma oposição ao mito da neutralidade do inglês quando uma “mulher popular” aborígene australiana aparece no palco dançando e cantando uma canção Murri até seus movimentos e vozes serem presos pelas letras do alfabeto em inglês que são projetadas em sucessão sobre seu corpo⁵. Enquanto essa inscrição metafórica dramatiza a violência do imperialismo linguístico e a inextrincável conexão entre língua e poder, ela também indica até que ponto – vinte e cinco anos depois do *Linguistique et Colonialisme* de Louis-Jean Calvet (1974) – o mundo e a academia ainda lidam com imposições coloniais de língua e, mais especificamente, com argumentos implícitos e explícitos dos direitos soberanos do inglês. Um discurso crítico sobre as funções da língua, nesse contexto de colonialismo, existe, de fato, incorporado ao terreno discursivo mais notadamente delineado por Ngũgĩ wa Thiong’o (1986) em *Decolonizing the Mind*. Sua leitura da língua como veículo constitutivo das estruturas sistêmicas de poder tem sido a fundação para o desenvolvimento dos Estudos Coloniais e Pós-Coloniais como modo crítico de investigação. Ainda, a necessidade de criticar a tirania de línguas maiores e as conexões intrínsecas entre escrita e violência se lança sobre nós com renovada urgência pelo fenômeno do inglês global.

De modo amplo, o inglês global é ao mesmo tempo uma frase descritiva e performática – uma expressão da “verdade” que o inglês está idealmente, inexoravelmente destinado a ser, ou mesmo, que já é universal. Produzido por forças econômicas, sociais e culturais, não racionalizadas totalmente, o inglês global é uma característica discursiva de uma epistemologia do capitalismo tardio que tem decididamente efeitos materiais. Todavia, no nível micrológico, o inglês global também se relaciona com um tipo de miopia que é ao mesmo tempo linguística, cultural e crítica, em outras palavras, a noção subjacente de que “todos agora falam inglês”⁶. Essa crença superconfiante na superioridade linguística é reforçada, em nosso atual momento, pela proliferação e popularidade do comércio de livros e periódicos em inglês, desde 1950; textos que se fizeram possíveis e culturalmente necessários por uma forma de hegemonia

⁵ As direções no palco dizem: “letras do alfabeto aparecem em seu vestido. No começo, é um jogo do qual ela se cansa. Ela tenta retirar as letras ao remover o vestido. Ela fica topless com a letra Z no seu peito.” (1996, p. 50).

⁶ *O English as a Lingua Franca* de Dovring (1997) é um bom exemplo de um texto que faz uso liberal da noção que o inglês se manifesta em tudo da “vida humana” ao ponto de que “o mundo todo parece falar inglês”.

dos Estados Unidos e pelo “retorno” dos sujeitos da colonização inglesa durante a reconstrução do pós-guerra. Voltados, principalmente, para reforçar que a língua inglesa não pode ser melhorada qualitativamente, esses textos abrangem desde uma edição especial do *Times Literary Supplement* (ver “*Language*”; 1962) ao *In Praise Of English* (1977) de Joseph Shipley e o *The Mother Tongue: English and How It Got That Way* (1990) de Bill Bryson. Geralmente acompanhados de uma computação estatística do número de falantes de inglês no mundo, ainda que superficial ou inexata, esses testemunhos confiantes do status global do inglês tendem, também, a insistir que a língua inglesa está reforçando redes de relações que superam aquelas das nações e etnias⁷. O Inglês Global não é somente uma frase descritiva para a força imperial da língua e a nova geração de escritores cosmopolitas que essa força produziu. Nem é simplesmente a substituição do termo por “Literaturas em Inglês” e como tal, a força conceitual unificadora que sutura tais estudos literários transnacionais como *The Politics of Home* de Rosemary Marangoly George (1996). Na verdade, é precisamente a noção de que existe a possibilidade de tal unificação e consolidação por detrás de uma língua global, *uma noção que é dependente do próprio inglês como condição de possibilidade para a própria ideia do global*.

O que resta a ser dito, agora que o inglês é tomado inevitavelmente e inexoravelmente *aqui* – agora que o poder e o status global de língua inglesa são tomados como autoevidentes? A resposta temporária é que o espaço para a intervenção crítica nesse tema não é melhor posicionada, como frequentemente tem sido, dentro dos estudos de apropriações linguísticas, o estudo das desestabilizações e des-hegemonizações do inglês através da formação de dialetos, criolos e neologismos. Outro espaço de investigação e intervenção crítica é possível dentro da monumentalização discursiva do inglês. Essa investigação é necessária para fazer oposição ao insistente e prolongado discurso crítico da inevitabilidade do inglês. A monumentalização do inglês encontrada em relatos gerais do inglês como língua franca e dentro de estudos acadêmicos de “Literaturas Mundiais em Inglês” é indicativa de um desejo por uma hegemonia cultural-linguística (inexoravelmente interconectada) sobre espaços globais, tanto metafóricos quanto literais.

Por exemplo, podemos bem concentrar a atenção crítica no tipo de gesto universalizador exibido pela alegação de Robert Burchfield e Hans Aarsleff (1994) de que “O que uma vez foi um grupo isolado de dialetos locais tem se tornado um potente

⁷ Para um exemplo, ver o *Exploding English* de Bergonzi (1990): “ela se tornou, não totalmente adequada, a primeira língua global, universalmente estudada e falada de uma forma ou de outra”.

grupo de superdialetos internacionais. A única circunstância que poderia mudar as coisas agora, parece, é um inverno nuclear e a redução das comunidades falantes de inglês a blocos de gelo e cinzas” (BURCHFIELD; AARSLEFF, 1994, p. 30). Nessa visão do inglês, preso à força de projeção teológica da história, a língua ganha poder ao ser um tipo de coletivo cujo progresso pode apenas ser impedido por um desastre de proporções apocalípticas. Mais especificamente, o inglês surge como um “superdialeto internacional” porque tem sido capaz de consolidar uma unidade em meio à diversidade, reimpor um padrão em meio à fragmentação. Todavia, por mais irônico que seja apresentar o inglês como uma über-língua, uma possibilidade ao se ler Burchfield e Aarsleff (1994) seria difícil argumentar que os dialetos têm gerado mudanças radicais de poder, status e posicionamento do “grupo” linguístico em círculos críticos ao redor do mundo.

De fato, agora que os dialetos têm acumulado, eles próprios, história através da proliferação dos “guias” e “compêndios” acadêmicos, o “inglês” tal como é parece ter passado por uma expansão semântica sem igualar inclusive o “pós-colonial”⁸. Não é acidentalmente que me volto para o âmbito acadêmico nesse momento, pois o que está, de fato, em jogo aqui é pelo menos um efeito visível e ideológico dessa expansão semântica, para retomar a epígrafe: o que está em jogo é a reconstrução de um “monumento da literatura inglesa”, uma renovação da categoria “literatura inglesa” dentre vastos documentos dissimilares, mesmo que essa diferença seja incorporada como constitutiva e axiomática (MACCABE, 1982, p. 18). Esse monumento literário está sendo construído no terreno disciplinar conhecido como Estudos Coloniais e Pós-Coloniais, um terreno ocupado e reocupado pelo Império Britânico em particular, e essa ocupação é um assunto da primazia monumentalizada da língua inglesa.

Ideias sobre a adaptabilidade, primazia e privilégio global da língua inglesa entraram em circulação através da investitura do inglês como “a língua franca da era TNC” (MIYOSHI, 1993, p. 742), como uma língua da cultura do consumo e do câmbio, e através do comentário sobre seu uso na indústria cinematográfica, e nos âmbitos da

⁸ Algumas das edições recentes mais famosas de guias de vários dialetos do inglês são Orsman (1998); *African-American English: Structure, History, and Usage* (1998); *South Asian English: Structure, Use, and Users* (1996); *A Dictionary of South African English* (1996); *Australian National Dictionary* (1988); *A Dictionary of Caribbean English Usage* (1996); *A Dictionary of Jamaican English* (1980); e *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English* (1997). Sobre a expansão do termo “pós-colonial”, ver Frankenberg e Mani (1996).

tecnologia⁹, ciência, economia e finanças¹⁰ – onde certos conceitos em uso cotidiano são considerados intraduzíveis e, portanto, presos à língua inglesa¹¹. O problema do inglês global é o de uma “grande” língua, uma língua que se acreditava ser dominante, penetrante, e universal, uma língua que tinha acesso aos meios econômicos e tecnológicos para assegurar sua hegemonia. O comércio, as finanças, a alta tecnologia e a indústria têm sido associadas ao inglês, mas há economias simbólicas e literais envolvidas, pois o inglês tomou forma com o moderno estado capitalista, e tem se adaptado, alterado e refeito a si próprio, tanto como instrumento e espectro do capitalismo tardio. No contexto de qualquer discussão dessa indústria e suas manifestações materiais na Web, na economia e no setor financeiro, ou nos círculos científicos e tecnológicos, devem-se comentar tanto os recursos orientados para o inglês quanto os produzidos a partir dele. Ao escrever sobre a obrigação curricular de fluência em língua inglesa e do inglês de “negócios”, em *The*

⁹ Uma pesquisa de publicações similares sobre terminologia computacional é particularmente reveladora, pois palavras como “login”, “computer”, “username”, e “binary code” surgem da página tal como comandos em inglês parecem se destacar nos scripts de programação como BASIC ou COBOL. Embora BASIC, o Beginner's All-purpose Symbolic Instruction Code, seja entendido como uma linguagem aproximada ao inglês, o COBOL, Common Business Oriented Language, é relevante também porque parece ser a linguagem de programação mais semelhante à oralidade (com sua dependência de comandos como *read*, *write*, e *perform*) e porque é a base da maior parte de softwares para negócios do mundo. Poucas linhas de exemplo do código são: (a barra indica quebra de linha): A=O / PERFORM 2,000 – INCREMENT A UNTIL A=30 / 2,000 INCREMENT A/A=A+1. Agradeço a Wade Costley por verificar a acurácia de meu código.

¹⁰ É, talvez, um testemunho dos confortos e da presente miopia da dominação linguística e econômica o fato que uma busca por volumes antigos de vários periódicos da área de negócios, publicados na Grã-Bretanha do começo para o meio do século, não gera nenhuma evidência do interesse pelas diferenças linguísticas e nenhum resultado sobre o reconhecimento do papel que o inglês desempenha como “língua do comércio”, mesmo que seja grande o interesse no comércio internacional e, até mesmo, em padronizar o inglês ara negócios. Por exemplo, em uma longa solicitação para ensaios no tema geral da “Jamaica: Um Lar para o Capital, as Empresas e o Prazer Britânico” – em outras palavras, como melhor explorar os recursos coloniais e assumir controle de um mercado estrangeiro – não é incomum não haver menção das dificuldades ou diferenças linguísticas; ver *Modern Business: The Magazine to Promote Commercial Efficiency* (Julho/1908, p. 667). Portanto, uma preocupação com e para língua nesses periódicos tende a se limitar a artigos sobre o falar em público “adequado” e correspondência gramaticalmente correta, o que se relaciona diretamente à formação do que chamamos agora “inglês para negócios”, um dialeto moldado em parte por esses próprios volumes. Periódicos similares incluem *Dixon's Monthly: The New Knowledge Magazine for Business Men and Women* (out/1991; seu subtítulo é também “o mundo do comércio”); *The World's Business: A Magazine for Men and Women* (out/1924); *Journal of Business Education* (publicado semanalmente por Sir Isaac Pitman & sons, Ltd., out./1935). Uma publicação afim é a série *The Colonizer Traveller's Handbook* “para turistas, moradores e visitantes a negócio”, especialmente aqueles da África do Sul, África Ocidental Britânica, Austrália e Malásia (1937-8), a qual tende a prestar mais atenção às diferenças linguísticas, particularmente, por pretender funcionar como um *vade mecum* para novos residentes em territórios estrangeiros; ver, por exemplo, a pequena aula sobre “Pidgin Inglês” do manual sobre a África Ocidental Britânica.

¹¹ Uma busca cautelosa em um periódico de finanças bilingue na internet irá mostrar claramente quais classes de palavras são apenas expressas em inglês – palavras como *futures*, *options*, *derivatives*, *puts*, *swaps*, e *forwards*, todas as quais ultrapassam as fronteiras de diferentes sistemas linguísticos e ainda permanecem intrinsecamente ligadas ao inglês, modulado apenas pela leve diferença de pronúncia. Embora haja passagem, travessia e ultrapassagem das palavras inglesas para estruturas de diferentes línguas, não há efeito Babel – aquele efeito entorpecente e desorientador, produzido do ato de traduzir e a revelação de uma origem da língua “impura” e mista – nessa instância, precisamente, porque não há tradução. Ver Derrida (1985), “Des Tours”.

Invention of English Literature in Japan, Masao Miyoshi (1993) observa que “tudo que isso significa é tanto uma massiva dose de inglês para todos quanto uma imensa piscina de recursos e profissionais do inglês, ou seja, uma ascendente indústria de muitos bilhões de dólares” (MIYOSHI, 1993, p.271)¹². Nesse cenário, como em outros, o inglês funciona, em muitas partes do mundo, como uma indústria com um propósito corretivo ou medicinal, na repetição da lógica colonial “primeiro criar necessidade, depois ajudá-la” (TRINH, 1998, p. 89).

Resumidamente, estou sugerindo que o inglês global reflete a intersecção das práticas culturais e acadêmicas do capitalismo tardio. Ademais, como configuração disciplinar, *o inglês global não somente realinha os estudos literários com estudos pós-coloniais, mas vai mais além para realinhar a ambos com uma visão paradoxalmente transnacional, ainda que culturalmente míope do globalismo*. Existem paralelos, então, entre essas novas categorias disciplinares, e os discursos de globalização: mesmo que ascendam de uma tensão não resolvida entre o universal e o particular, prometem uma heterogeneidade impossível que não somente estabiliza a diferença e mascara o impulso homogeneizante, mas oculta uma das mais importantes configurações de poder/conhecimento do momento atual.

Estruturas globais, estreitamentos globais

Como passamos de um momento no qual James Bradshaw (1847), por exemplo, imagina o inglês como uma língua internacional em seu *Making the English Language the International Language of the World*, para quase cem anos depois, Robert Zachrisson (1932) imaginar os “ingleses mundiais” em seu *Anglic*, até o momento no qual David Crystal (1997) o imaginou como *global*, em *English as a Global Language?* Essas não são apenas substituições sintáticas, e o movimento de “*mundial*” para “*global*” em particular significa uma mudança epistemológica crucial que pode ser vista através de cuidadoso escrutínio das estruturas transnacionais do capital, de tecnologia, de informação e de mídia. É quase lugar comum que a globalização marca uma ruptura de ligações de um tipo ou de outro, entre nação e – sem ordem de importância – a capital, tecnologia, conhecimento, cultura e identidade. Apesar desse senso de globalização como

¹² Miyoshi; Harootunian (1993). Em: *Japan in the World*. Os autores defendem que o começo da literatura inglesa no Japão é ligado ao Instituto de Pesquisa nos Livros Bárbaros, estabelecido em 1856, de onde se desenvolveu o primeiro Instituto para Desenvolvimento Aberto da Universidade de Tóquio (op. cit., p. 276). No que diz respeito ao Inglês e Inglês para Negócios, ver também Gayatri Spivack (1993, p. 275) em sua “Bonding in Difference”, uma entrevista com Alfred Arteaga.

uma força monolítica impenetrável e onipresente, todavia, as significações críticas específicas do termo não são de modo algum unívocas.

Até agora, a globalização tem sido descrita em termos distintos e justapostos: (1) relações econômicas transacionais reconfiguradas, que se tornaram possíveis pelas novas tecnologias, incluindo a terceirização e a subcontratação do processo de produção, particularmente, como praticado pelas corporações transnacionais e multinacionais, a exemplo da IBM e da General Motors¹³; (2) projetos de empresa, marketing, e vendas em escala global, manifestos na abertura do KFC na Tiananmen Square ou a Niketown “por todo o mundo” com planos para novos complexos de shoppings esportivos transoceânicos¹⁴; (3) “fluxos globais de cultura” e migrações multidirecionais de pessoas, capital, informação, mídia e novas tecnologias, como Arjun Appadurai (1990) os tem notoriamente descrito¹⁵; (4) como redes de comunicação trans- e mesmo supra- nacionais, e “paisagens globais de mídia” formadas pelas novas tecnologias e pelo uso dessas redes para transmitir informação¹⁶. Muito da teorização do globalismo de uma perspectiva Europeia, Norte-Americana ou Sul-Americana, até então, tem ocorrido dentro dos estudos culturais; estudos de comunicação e mídia e estudos de ciência e tecnologia (ANG, 1996; MATTELART; DELCOURT; MATTELART, 1984), ciências políticas e relações internacionais (OSTRY; NELSON, 1995); ciências sociais, particularmente a economia¹⁷, antropologia, sociologia e a literatura de negócios. Teóricos literários rapidamente se voltam para essa direção, todavia, e começam a articular um campo marcado por uma preocupação renovada com a escrita anglofônica e a literatura do terceiro mundo, com atenção aos problemas teóricos da subjetividade e identidade, e a

¹³ Para uma distinção entre a corporação multinacional (CMN) e a corporação transnacional (CTN), ver “Borderless” em Miyoshi (1993, p. 736). Para o autor, esse tipo de corporação é a manifestação contemporânea do colonialismo. Nesse sentido, ver também Sivanandan (1989). Dos trabalhos sobre a definição de globalização, todos puderam ser agrupados no primeiro item de minha lista, pois se relacionam às estruturas corporativistas reconfiguradas: “triadização”, “transnacionalização”, “glocalização”, “oligopolização”, e “globalismo vs. regionalismo”.

¹⁴ Ver, por exemplo, Kurisaki (1995) que lê o globalismo como a expansão dos negócios além do país natal.

¹⁵ Appadurai (1990). Ver também Lull (1995, p. 186), quem descreve a globalização como “o fluxo de pessoas, imagens, commodities, dinheiro, ideias e informação em uma escala global”; Mattelart; Delcourt; Mattelart (1984) para uma discussão de espaços transnacionais de trocas culturais e a “nova ordem de informação e comunicação global”, especialmente as págs. 8-18; e Clifford (1992, p. 96-112).

¹⁶ Ver Morley e Robins (1995, p.10) para um tratamento minucioso das formas que “a nova ordem da mídia deverá se tornar uma ordem global” e de quais serão as consequências de tal reconfiguração da identidade cultural e das fronteiras nacionais via novas redes de comunicação. Ver também Mattelart, *Advertising International* (1992).

¹⁷ Dos muitos textos – ou livros dedicados aos ajustes das corporações à política “global” e desenvolvimentos econômicos (e.g. o crescimento dos blocos de comércio tais como o NAFTA e o GATT e as questões trabalhistas internacionais), Costa e Bamossy (1995) editaram a coleção *Marketing in a Multicultural World*, um bom exemplo de uma tentativa sistemática de tornar a cultura e a identidade cultural mais proeminentes em disciplinas acadêmicas de marketing e na análise do marketing sobre o comportamento do consumidor.

preocupação temática com a releitura do império, o coração da história obscura, a testemunha do desastre, culturas de fronteiras e diásporas. Invocar o global, então, é invocar uma longa e não necessariamente discreta tradição histórica e intelectual derivada das disciplinas universitárias.

O globalismo é tomado como uma lógica de governo das instituições, uma parte constitutiva do capitalismo tardio, da epistemologia pós-moderna e o tecido no qual são costurados os padrões das vidas cotidianas no final do século XX. Seu próprio nome tem significado tanto incursão territorial e espacial quanto a desarticulação dessas mesmas fronteiras espaciais; ou seja, simultaneamente, o globalismo corporifica os movimentos do capital nas nações, definidas como mercados emergentes, e a construção de “geocidades” na World Wide Web. A perda de especificidade temporal e epistemológica dos termos *global*, *globalismo* e *globalidade* são testemunho de sua atualidade acadêmica dentro da crítica contemporânea. Ou seja, *a designação de globalismo tem emprestado a textos, autores e momentos históricos um tipo de legitimação por associação com uma política acadêmica oposicionista e mesmo eufórica que continua a batalhar o trabalho crítico, tomando o conceito de nação como fundador*. Nesse contexto, o “global”, como tal, faz parte de um trabalho crítico que costumava ser feito pelo “pós-colonial”, mas agora, em detrimento de uma metáfora generalizadora para a opressão, temos uma metáfora parcialmente generalizadora para hibridismo e matrizes culturais re-imaginadas, com uma ênfase adicional na espacialidade e no envolvimento político com uma variedade de comunidades regionais – em detrimento de especificamente pós-coloniais¹⁸.

O duradouro dilema da globalização é se ela deve ser lida como uma força de homogeneização ou constituída por heterogeneidade: entendida, então, como processo territorializante ou como desterritorializante¹⁹. Nessa emergência, os “três mundos teóricos” – o alinhamento de continentes, países e hemisférios em hierarquias tripartidas baseadas em estruturas gerais do capital e do governo – têm deixado um número de mitologias de substituição, dentre as quais apenas uma é a formação política-econômica-internacional, singular e homogênea, conhecida como “o mundo”, uma ideia frequentemente representada nas investigações da Americanização, McDonaldização ou

¹⁸ Uma chamada para publicação recente de uma conferência sobre “Early Modern Globality” (1997) é um bom exemplo desse tipo de legitimação crítica.

¹⁹ Meu uso desses termos “territoriais” deriva da “esquizaanálise” de Deleuze e Guattari (1980) sobre os espaços suaves e estriados em *One Thousand Plateaus*, de sua leitura da territorialização como uma tentativa de impor estrutura a um espaço suave, uma tentativa do estriado de capturar o suave, e de desterritorialização como uma tentativa de usurpar e debandar aquela estrutura. Ambos os termos são fluidos e se fundem um com o outro.

até Disneyficação do mundo²⁰. Essas nomenclaturas criativas – nenhuma das quais pode ser considerada à parte da língua inglesa – significam imposições culturais neocoloniais presentes bem como uma hegemonia econômica e política atual e, frequentemente, encontram a mesma variedade de alarmes críticos daqueles direcionados à projeção de Francis Fukuyama (1992) sobre o “fim da história” e o “último homem”²¹. Lembra-se nesse sentido, da meditação quase lúgubre de Erich Auerbach (1946, p. 488) sobre uma era perdida de diferenças, uma era que sucumbiu ao final de um processo de “nivelamento econômico e cultural”. Poderosas declarações, tais como essa, têm sido feitas sobre a homogeneidade trazida pelo capitalismo global, embora, muito frequentemente, os estudos particulares dos efeitos niveladores da economia global se voltem para o retrato apocalíptico em seu desenho do mundo no qual o capital corre solto, fluindo entre estados e instituições, apenas para passar para outro estado e outro mercado²². Essa visão de uma “ordem” econômica global torna estranha a ideia do estado: é uma visão do futuro do capitalismo como seu presente, uma visão do capital se movendo sem barreiras e fluidamente, circunscrito apenas pela “insistência adjetival” da crítica, que aplica freios ao fluxo com um pronunciamento cauteloso da “conquista crescente da mobilidade total e acesso a cada canto do mundo” do capital (ROBINSON, 1996, p. 14).

O outro lado da moeda, por assim dizer, é a leitura dos processos de globalização como fundamentalmente relacionado à heterogeneidade causada pelo uso e pela apropriação. Arjun Appadurai (1990) tem notoriamente argumentado que estruturas globais constituem diversidades, que o movimento físico (aqui chamado “fluxos globais”) de capital, de informação, de mídia e de novas tecnologias, bem como de pessoas pode somente resultar na diferença e não na igualdade. Existem diferenças fundamentais até mesmo nas formas como a heterogeneidade produzida pelo contato com a cultura “global” é imaginada: um processo de *hibridização* que envolve uma fusão de formas e de conteúdos; um processo de *transculturação* que envolve movimento físico; ou mesmo um processo de indigenização onde práticas culturais e seus produtos se tornam locais ou “nativos” (LULL, 1995, p.155-9). Apesar das várias formas que se imagina que a

²⁰ Schwenger (1994) usa o termo “americanização” em seu “A Hiroshima da América”. Hess (1995, vii) usa o termo “disneyficar”. “McDonaldização é usado para significar a globalização cultural americana em Hamelink (1994, p. 111-4). Algumas leituras sugerem que americanização e globalização são termos sinônimos (2). Para uma leitura do fenômeno de “um mundo”, ver Buell (1993), e para uma crítica da “teoria dos três mundos”, ver Ahmad (1992).

²¹ Ver, por exemplo, Melling e Roper (1996); e Rollin (1989), cuja ideia principal é resumida em sua alegação de que “o mundo está McDonaldizado” (p. 1).

²² Sobre a força homogeneizante do capitalismo global, perpassado por forças de fragmentação econômica e cultural, ver Dirlik (1994, p.349). Ver também a alegação de Ritchie (1997) que “a globalização exige a padronização ou a homogeneização de quase todos e tudo”.

heterogeneidade possa assumir, existe ainda o perigo de inscrevê-la como o oposto simétrico da homogeneidade, do mesmo e da pureza. O problema com o hibridismo, em outras palavras, é que a heterogeneidade mais uma vez se liga à homogeneidade como sua cara metade mais familiar. De um lado, está a atratividade das teorias da globalização como um processo totalizador, no outro, a valorização do contexto, com ênfase no posicionamento, na situação, e no etnocentrismo²³. Minha sugestão aqui é que nenhuma narrativa é suficiente e que o problema da homogeneidade-heterogeneidade permanece como um dos grandes e irreconciliáveis problemas estruturais da globalização, do inglês global, e das Literaturas em Inglês. Os novos universalismos, como os chamo aqui, são ligados por um círculo hermético do universal e do particular, ou do global e do local, que não necessariamente se presta a soluções.

Um dos efeitos mais visíveis do interesse crítico na globalização e que, frequentemente, aparece na teorização do status em evolução do estado-nação tem sido a reconfiguração das identidades de grupo em relação aos espaços particulares. Saskia Sassen (1998), por exemplo, produziu estudos influentes sobre o empoderamento de zonas urbanas; Joe Kotkin (1993) tem analisado o fenômeno de tribos cosmopolitas, globais e étnicas; e Neal Stephenson (1995) delineou uma visão cyber-punk do mundo ordenado pela “phyles” em seu *The Diamond Age*. Em um momento no qual disputas territoriais, particularmente relacionadas a clamores de populações aborígenes e desapropriadas, têm se articulado cada vez mais na esfera pública e na academia, a espacialidade se torna axiomática. Um exemplo disso é a leitura do mundo de acordo com “nichos” (se concebidos como mercados econômicos ou zonas de empreendimento e indústria de alta tecnologia) para investigar as relações entre espaço urbano e econômico e poder cultural. Robert Reich (1991, p. 118-21) tem escrito sobre esse fenômeno em termos de zonas espaciais reconfiguradas – em suas palavras, as “redes globais”, e formam um novo alinhamento corporativo de alto valor, opostas à indústria de larga escala. Tais alianças entre ordenações espaciais do mundo e o poder econômico já foram poderosamente ilustradas através de taxonomias da força de trabalho, nas quais alta densidade de especialistas da informação (analistas “simbólicos”, como Reich os tem chamado) e trabalhadores manuais são alinhados, não de acordo com a divisão Primeiro/Terceiro Mundo, mas seguindo divisões hemisféricas de norte e sul²⁴.

²³ Por vezes, isso assume a forma de universalismo-particularismo, como em Robertson (1992, p. 97-114)

²⁴ Na reordenação literal e figurada do mundo em linhas hemisféricas, ver a alegação de Robison (1996, p. 24) de que “as ‘hierarquias de trabalho’ estão se tornando espacialmente organizadas no eixo Norte-Sul, dado o processo de integração global do trabalho do Terceiro Mundo ao Primeiro Mundo, bem como o

Nesse momento crítico, o “inglês” também contribuiu para a reordenação do mundo em espaços discursivos separados e não iguais – o mundo que fala inglês e o restante dele – que não concorda nem com divisões nacionais nem hemisféricas. Isto é, “o mundo falante de inglês” pode ser localizado em algum lugar de Nova Iorque, da China, do Sri Lanka, Guatemala enfim. Passar para o denominador comum dessa ordenação cartográfica dos espaços, que são ao mesmo tempo materiais e míticos, comprova a suposta importância e hegemonia do inglês, a pressuposição de sua inequívoca centralidade, e, mais importante, a força de sua aliança Foucaultiana de conhecimento com economia e poder cultural. Em vez da eufêmica *Commonwealth* britânica, nos deparamos, em parte, com a formação espacial até mesmo além da imaginação mais fértil de um império: uma diáspora que fala inglês, um grupo de pessoas para quem não há necessidade de um lar ou que são universalmente relacionadas, não pela sintaxe, pelas expressões, ou pela ortografia, mas por um vocabulário básico.

A ideia de um mundo falante de inglês pressupõe uma unidade linguística que permite diferenças internas, mas as diferenças pertinentes a variações regionais do inglês são frequentemente entendidas como advindas unicamente de categorias nacionais, quando, de fato, não o são. Enquanto a Grã-Bretanha e os EUA tendem a se manterem monoglotas, é importante considerar as diferenças em inglês mesmo dentro da Grã-Bretanha e dos EUA, dialetos de classe e ligações dialetais de subclasses dentro da Inglaterra com populações coloniais e nativas por todo o mundo. Dialetos intranacionais tais como o *Black English* ou o *Spanglish* problematizam as fronteiras das nações revelam que a questão de uma língua comum tem menos pertinência com padrões nacionais linguísticos que formações regionais econômicas e culturais. Elas também levantam a questão dos direitos à propriedade linguística, manifestos nas expressões “nosso inglês”, “nossa língua nativa” ou “nossa língua materna”²⁵. Ainda que a mitologia de uma consciência linguística comum tenha sido produzida e circulada, tem-se que considerar a ubiquidade do pronome “nosso” como projeto de reclamação e até como projeto de consolidação que impõe uma estrutura de totalidade sobre a fragmentação. A língua inglesa e muitas histórias da língua, não de modo algum uniforme, irão mostrar que ela tem se ligado a outros sistemas linguísticos desde seu começo – um elo que aparenta ter possuído um número infinito de possibilidades combinatórias, e tornou impossível falar

crescente empobrecimento de uma já privilegiada ‘aristocracia trabalhista’ de origens europeias”. Sobre o trabalho de “analistas simbólicos”, ver Reich (1991, p.177-8, 225-40).

²⁵ Dois dos muitos exemplos de textos que dependem dessas construções pronominais, ver Clairborne (1983) e Shipley (1997).

de um sistema linguístico unívoco como nada além de um sonho irrealizável. Como qualquer anedota de problema de comunicação poderá indicar, o inglês é repleto de diferenças internas e tem sido e continuará sendo apto a ambiguidades. De fato, pode-se até dizer que a língua é já hifenizada, que é sempre uma questão de dialetos, “qual inglês” antes de “o inglês”, e que é uma estrutura na qual as forças de unificação e fragmentação estão sempre em guerra uma com a outra²⁶. Mas, ironicamente, com a ajuda da “Literatura em Inglês” *temos evitado pensar que o hífen existe*, e o problema importante não é como isso aconteceu, mas quais serão as consequências.

Um ou vários ingleses?

Em *Travels in Arabia Deserta* de Charles Doughty (1888) – uma narrativa de viagem com elementos da antropologia, literatura, topografia, lexicografia e filologia – um viajante no deserto grava essa troca: “Mohammed disse agora ‘Ele deve aprender a língua inglesa, enquanto Khalil ficar com ele, pois quem há de prever os anos vindouros, esse mundo é tão frágil, e ela poderá um dia ser-lhe útil’” (1888, p. 158-9). Uma documentação da habilidade do imperialista inglês de inspirar desejo por sua língua, essa passagem também demonstra o desejo do viajante escritor de gravar testemunhos da superioridade da língua inglesa em uma voz autenticamente “nativa”. Doughty (1888) se preocupava acima de tudo em reformar a “civilizada” língua inglesa através de um processo de trocas com árabe “primitivo”, um projeto que produziu neologismos, tais como “towning” (criado na cidade), e “thick blooded”, baseados nas raízes inglesas e destinadas a equivaler a expressões do árabe. Tais neologismos são exemplos das trocas linguísticas que emergem no contato cultural, alguns mais permanentes que outros e, agora, parte de dialetos, pidgins, criolos e “novos ingleses”.

Quando uma língua imperial avança em território “estrangeiro”, é defendida por vários aparatos do estado de centralização e codificação – dicionários, gramáticas, e instituições oficiais de ensino – todos funcionando como meio de preservar e constituir uma estrutura de homogeneidade diante de uma contra-habitação pela população local²⁷.

²⁶ Há certas estratégias dessa luta onde o inglês não somente habita diferentes sistemas linguísticos, mas também traz algumas palavras para seu próprio léxico. Em uma repetição do paradigma colonial, palavras como *futon*, *sauna*, *tea*, e *tattoo* foram bordadas em uma tapeçaria maior, o “superdialeto” do inglês, o qual, por sua vez, continua a gerar “palavras mundiais” tais como *telephone*, *fax* e *computer*. A estrutura do inglês é tal que possui um passado colonial metafórico e um correspondente futuro imaginado de se impor sobre outros sistemas linguísticos.

²⁷ Para história, resumo e análise da língua inglesa tal como tem sido estendida e se expandido no cenário colonial (particularmente na Índia, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e África do Sul), ver Crystal (1995, p. 92-115); McArthur (1992); Burchfield (1994, p. 277-553); Quirk (1972), especialmente o cap. 1.

Apesar da abrangência física da língua inglesa, e de sua asserção como língua dominante e global que, por consequência, objetiva modelar um sujeito universal colonial, a tentativa de propor uma estrutura linguística homogênea deve necessariamente ser um projeto fracassado, pois os falantes irão, inevitavelmente, tornar sua essa língua. Daí, o uso e a reapropriação de uma grande língua tem se tornado um caso limite pelo modo como os teóricos localizam a agência – um tipo de asserção de controle e resistência *in situ* – na instância da imposição colonial da língua. Em outras palavras, a atenção crítica tem quase definitivamente passado para a articulação e teorização de como a resistência pode ser realizada através da tradução, ou por fazer a língua colonial indígena via dialetos e pidgins, com certos conceitos teóricos como referentes: hibridismo, mímica, e os aspectos performáticos de subjugação e colonialidade²⁸. A ênfase na apropriação e performatividade envolve pensar contra as oposições familiares: vontade, imposição e opressão do lado do colonizador; passividade, receptividade e impotência no lado do colonizado²⁹.

Além de sua capacidade de significar agência e inovação, os dialetos também podem ser compreendidos como constitutivos de um tipo de comunidade de oposição. Eles significam tanto a reforma da língua no nível do cotidiano quanto a presença de uma insularidade autocontida e unificadora diante dos estreitamentos institucionais imperiais. Contra a força poderosa e centralizadora do padrão linguístico, eles oferecem uma heteroglossia dinâmica. Por exemplo, o “inglês podre” de Ken Saro Wiwa impede o esquecimento oficial da violência de uma regra neocolonial visível na “grande grande gramática” daqueles no poder. Então, os pidgins, as gírias, os jargões e coloquialismos³⁰ funcionam como códigos comunitários que servem para constituir, unificar e circunscrever vários grupos socioculturais. A leitura de Glissant (1989) das redes sociais

²⁸ Ver, por exemplo, Spivak (1993) sobre os modos nos quais “as palavras em inglês são e continuam a ser lexicalizadas nessas línguas em sentidos e conotações excêntricas ao inglês padrão”, um exemplo do que ela chama “prática linguageira resistente” (ARTEAGA apud SPIVAK, 1993, p. 227). Ver também seu comentário sobre a necessidade da instância desconstrutivista vis-à-vis a língua inglesa: “Nós vemos aí um certo tipo de possibilidade histórica inata que não se deve ser celebrada, mas para a qual se deve ter uma posição desconstrutivista, pois...tivemos que des-hegemonizar o inglês como uma das línguas indianas” (SPIVAK, 1993, p. 276). Sobre a colonialidade performática, ver a discussão de Fannon (1967) da performance da raça e do sujeito colonizado.

²⁹ Ver Bhabha (1994) “Of Mimicry and man” em *O Lugar da Cultura*. Para uma excelente leitura crítica das perdas de um liberal ocidental vis-à-vis o Terceiro Mundo – que frequentemente tende a reinscrever uma narrativa da passividade feminina (a totalidade do “Terceiro Mundo”) à mercê do poder estruturador masculino, localizado ou igualado ao “Primeiro Mundo” – ver Buell (1993).

³⁰ Ver Barrère e Leland (1889). Para uma consideração da lexicografia de coloquialismos (afetações da língua que sugerem reclamações sem fundamento de aprendizado e sofisticação) começando com o “primeiro” dicionário de coloquialismos, *A New Dictionary (1600-1700)* de B.E., ver Starnes e Noyes (1991, p. 212-7). Em sua análise, os glossários de coloquialismos podem remeter a Harman, *Caveat* (ca. 1566); Dekker, *Lanthorne Candle-light* (1608) e S.R. *Martin Mark-All* (1610).

e comunicativas forjadas pelos criolos, pelas línguas híbridas globais, ressoa aqui. Pode-se dizer que para um escritor como Salman Rushdie, o jogo inerente às expressões idiomáticas produzidas pelo encontro de diferentes sistemas linguísticos implica uma celebração das tendências carnavalescas do demótico egípcio, o seu triunfo sobre a rigidez dos padrões linguísticos e a imposição unilateral de uma cultura imperial³¹. Para Rushdie, assim como para Glissant e Saro-Wiwa, a vernacularidade desenha a comunidade – a desestabilização de uma língua dominante permeia a desestabilização de uma cultura dominante e uma cultura crioula emerge.

Então, a ênfase na apropriação linguística deriva da crença crítica de que explicações “de baixo para cima” ou modelos de contenção não são adequados para o problema de como o inglês se move pelo mundo, principalmente porque não é suficiente para dizer que dinheiro somente move a língua, ou mesmo, que ele sozinho cria o desejo pela língua. Como muitos defensores do estudo de uma heterogeneidade linguística global, concordo que é necessário considerar explicações econômicas e ideológicas para o imperialismo linguístico: mas, ainda assim, começar e terminar uma análise de uma prática cultural com as forças econômicas que a determinam é negligenciar as formas pelas quais aquela prática significa – o modo como registra resistência, consentimento e desejo. Tal interesse na significação, ou em significar, indica a perspectiva crítica subjacente à formulação da Literatura em Inglês como uma categoria disciplinar emergente. Todavia, podemos construir uma imagem crítica melhor com as articulações de Deleuze e Guattari (1987, p. 101) sobre uma língua unitária em guerra perpétua com dialetos, línguas “menores” armadas contra as “maiores” com o “poder da variação”. Isso é, *enquanto a força territorializante do inglês padrão está presa em uma disputa contínua e contestatória, com a força desterritorializante dos dialetos, a estrutura homogeneidade-heterogeneidade comum ao problema da Literatura em Inglês e globalização é comum, também, ao problema dos dialetos*. Reformas curriculares e departamentais resultam de uma mudança teórica indicada por uma renovação no interesse da crítica nos dialetos – por exemplo, não simplesmente substituir cursos introdutórios da literatura do “Terceiro Mundo”, mas também o realinhamento em larga escala de áreas de investigação dentro dos departamentos de língua de acordo com a cronologia em detrimento da nação. A percepção teórica do que a Literatura em Inglês deve significar, todavia, precisa ser modulada para que possamos reconhecer seu poder homogeneizador e sua capacidade de diferença doméstica.

³¹ Para uma celebração dos jogos linguísticos devido precisamente a seus excessos violarem o padrão, ver Cameron (1998).

A miríade de possibilidades de formação de comunidade tem sido importante para a compreensão contemporânea dos dialetos, mas ainda permanece o fato que dialetos também demarcam a linha entre Eu e Outro, entre nativo e estrangeiro. De modo mais ousado, a diferença linguística funciona como um lugar para alteridade e diferença racial. O personagem do Star Wars Episódio I: A Ameaça Fantasma, Jar Jar Binks, não está longe do que imaginamos, particularmente, dada a frequência com a qual a alteridade linguística é codificada como cômica. Por exemplo, o dialeto de escravos indígenas da era colonial, chamado *Baboo English*, era apresentado ao falante nativo de inglês na forma de um “espécime engraçado” designado como impuro, incompleto e pertencente aos “restos” de uma língua vernácula³². Nessa instância, o ridículo e o risível do inglês podre era uma forma de glorificar a ideia de um padrão cultural e linguístico. Outro exemplo seria o ubíquo post da Internet “*World Signs in English*”, a lista de trocadilhos e *double entendres* supostamente descobertos em territórios inequivocamente codificados como estrangeiros, bem como todo o subjacente gênero de “humores da língua inglesa”³³. Essas coleções de estranhezas linguísticas subnormais, posicionadas como estrangeiras e externas a uma comunidade mais civilizada e escolarizada, geralmente de Primeiro Mundo, servem primariamente para denegrir o Outro e, assim, consolidar e assegurar a ordem espacial sugerida pelo prefixo “sub”. Nesses contextos, em outras palavras, os dialetos são lidos não como sintomas de uma alegre debilitação da normal linguística e cultural, mas como meios pelos quais se constitui a própria ideia de norma.

Pidgins, em particular, têm suas origens na significação de uma diferença racial que deveria ser lida como inferior e primitiva. Geralmente compreendidos como línguas comuns compartilhadas por pessoas que não os falam como primeira língua, pidgins são baseados na mitologia etimológica que os liga à mutação de uma palavra chinesa para

³² Ver T.W.J. (1890, ii). O volume consiste totalmente desses “espécimes” de inglês errado, supostamente resultado de educação superabundante ou insuficiente. Ver, também, Wright (1981, p.53) que é a mais extensa tiragem contra a pompa, e mesmo a falta de lealdade da imprensa nativa indiana, e que também se concentra nas coleções de “espécimes curiosos”. Para uma instância diferente de coleções de “espécimes” de supostos falsos aprendizados e prosa pretenciosa e pedante, ver Anstey (1897) vilmente ventriloquar as memórias de Hurry Bungsho Jabberjee, BA, notadamente “comissionado” como tal pelo *Punch*, com ilustrações. Os argumentos geralmente feitos contra a obtenção de inglês “estraçalhado” são deveras similares aos argumentos contra o grego ou o latim “estraçalhados” da juventude inglesa do século XVIII e começo do século XIX. O deboche sobre o “Baboo” é um sintoma do desejo de preservar a pureza do Inglês contra a influência corruptora do pidgin, do qual o “Futuro da Língua Inglesa” de Henry Newbolt (1923) é outro exemplo.

³³ Uma versão desse documento pode ser encontrada em www.taproom.com/jokes/signs.htm, (ago./1997). O site *Lost in Translation: a collection of magled English from around the world* é uma versão mais organizada da amplamente divulgada coleção de e-mails: hearsay.simplenet.com/translation/index.htm, (jul./1998). Essas listas de espécimes “divertidos” das construções em inglês produzidas por falantes não-nativos não são, de modo algum, novas, como o advento do capitalismo tardio ou mesmo com a internet. Coleções similares podem ser encontradas em publicações precursoras tais como a *International Language: A Monthly Magazine 1* (Nov/1924, p. 235) da Associação Britânica de Esperanto.

“negócios”³⁴. “Pidgin English” é também aplicado à língua com palavras e pronúncia inglesas e expressões chinesas, uma língua que emerge do contato entre europeus e chineses, em portos chineses do século XIX e considerada uma corruptela do padrão inglês por um tipo diferente de falante “nativo”³⁵. Outro exemplo de exotização do “tornar primitivo” de outras línguas é dado por Armand Matterlart e Ariel Dorfman (1984) em sua leitura do imperialismo cultural da Corporação Walt Disney, *How to Read Donald Duck: Imperialist Ideology in the Disney Comic*. Como parte de um tour pelos motivos ideológicos do mundo do Pato Donald, eles apresentam um guia risível para viajantes com dicas úteis sobre os costumes dos “nobres selvagens” possíveis de serem encontrados: “LÍNGUA”. Não há necessidade de tradutor ou glossário. E se você tem uma criança pequena, não se preocupe, ela se dará bem com os pequenos nativos cuja língua é bem infantil, com preferência pelos guturais” (MATTERLART; DORFMAN, 1984, p. 45). Tal perspectiva de alteridade linguística não está de modo algum limitada a línguas encontradas em espaços “estrangeiros”; na verdade, tal perspectiva continua como parte integral de uma visão de mundo particularmente americana. Por exemplo, assim como pidgins são relegados à esfera do outro racial em um movimento que os distancia dos acentos centrais do privilégio branco, então, também, línguas estrangeiras ou vagamente “outras” fazem parte do barulho da visão pós-moderna da América de Don DeLillo, unindo máquinas de lavar, compactadores de lixo, Tvs, rádios, e comunicadores de supermercado como barulho “de fundo”. Ultrapassando mesmo as designações de línguas menores, “temporárias ou minoritárias”, as contra-habitações dos sistemas linguísticos maiores são muito frequentemente escritas sob o signo do primitivo e do bárbaro. Elas são, em outras palavras, a marca maior do subdesenvolvido e do não civilizado. Ligados pelos sinais linguísticos de diferença, chamados de “*Duckburgish*”, “besteira”, “estranhos”, “barulho”, ou “marcas” esses exemplos demonstram até que ponto – em uma reafirmação da tese de Derrida em *Of Grammatology* – as estruturas de logocentrismo e etnocentrismo são profundamente interligadas.

Enquanto os projetos críticos mais proeminentes dos Estudos Pós-Coloniais têm sido a exposição e repúdio tanto do logocentrismo quanto do etnocentrismo, a Literatura em Inglês implicitamente permite uma re-centralização em função da noção do próprio inglês e da estabilização da heterogeneidade linguística como alteridade. Similar aos

³⁴ Há uma riqueza de trabalhos linguísticos sobre pidgins do inglês. Ver Eluge e Omamor (1991, p. 8-21).

³⁵ Ver Graddol, Leith, e Swann (1996, p. 206); Hayter (1909); Leland (1876); Matthews (1900); Zachrisson (1932) (8). Para o argumento de que a língua dos esportes aquáticos invadiu os espaços domésticos, ver *Canton-English* (1857).

estudos de globalização, os Estudos Pós-Coloniais desestabilizaram a forma colonial da nação como categoria fundadora; eles também consideram tal fenômeno como populações migratórias e “culturas viajantes” como meios de problematizar os binários de sujeito/objeto e eu/outro (CLIFFORD, 1992). À luz desse privilégio categórico inquietante, trazido em parte pelo fenômeno que o campo, em particular, continua a considerar precioso, – a concretização das identidades cosmopolitas e diaspóricas no surgimento de relocações étnicas de todos os tipos – os códigos de poder e de autoridade podem, em grande parte, não serem mais compreendidos com base na raça.

Os códigos de poder e de autoridade precisam ser lidos com base na língua, também. Como ilustrará o escrutínio cuidadoso do furor em torno da introdução do *Ebonics* enquanto sistema linguístico da *Oakland School Board*, o outro racial certamente não desapareceu, mas é frequentemente recodificado e reemerge como outro linguístico. Em outras palavras, enquanto o corpo continua a ser violentamente inscrito com os marcadores raciais de diferença, a voz que enuncia o corpo tem passado por uma poderosa inscrição também. O uso de “corruptelas” do padrão inglês como lugar para diferenças raciais tem sido convenção dominante no discurso ocidental, mas chegamos ao ponto no qual a inferioridade linguística, nesse sentido, é presente e, argumenta-se, constitutiva da diferença. É justo dizer, baseado na leitura de Homi Bhabha (1994, p. 19-39) do status da figura do Outro nos discursos teóricos-filosóficos, que o Outro perde seu poder para significar onde sua agência é negada e onde funciona como um objeto criticamente estratégico do conhecimento. Todavia, também é justo dizer que o Outro não perde seu poder para significar tanto quanto continua a significar a diferença, uma diferença cujo horizonte final é a própria língua. O que une os Outros de todas as grandes narrativas da análise de Bhabha, afinal, não é somente seu posicionamento geral em face do sujeito ocidental, ou da cultura ocidental, mas seu posicionamento diante das línguas ocidentais. Em outras palavras, novamente articulo um ceticismo acerca da ideia que “novos ingleses” representam possibilidades libertárias. Tal ceticismo é provocado tanto pela inclusão dos novos ingleses sob a rubrica unitária do “inglês global” (o qual, por implicação, renova a corporificação do projeto imperialista dentro do inglês) quanto pelo alinhamento de novos ingleses com alteridade. Enquanto pidgins e outros meios de apropriação linguística continuam a serem inscritos como primitivos e desviantes, celebrações linguísticas de diferenças permanecem violentas inscrições em si próprias.

A Literatura Inglesa está morta – vida longa à escrita em Inglês

Qualquer um que tente montar um curso de literatura, página da Web ou lista acadêmica de obras canônicas ou textos “requeridos” dos autores do século XX, pode atestar as dificuldades não ordinárias do arranjo taxonômico. Ao se lidar com o fenômeno das populações diaspóricas, o que pressupõe um certo esforço para se ler além das fronteiras da nação, como classificar, ordenar e arranjar o massivo número de volumes que continua a ser atraído para o espaço das literaturas em inglês? O que fazer com o escritor ou poeta que nasceu em Bombai, Sri Lanka, Londres ou Nairóbi e agora reside em St. Lucia, Canadá ou Nova Iorque? Esses são os problemas que surgem de um *nexus* conflitante de etnia nacional e identidades culturais, um terreno bagunçado de distinções categóricas altamente instáveis e subjetivas que podem oferecer a ilusão de certeza apenas quando os critérios selecionados são quase estritamente espaciais, como o uso de um apelo nacional (“um escritor indiano”) com base no nascimento, e uma variedade de termos de residência³⁶. Até mais abstrata e inconstante que a categoria do nacional, entretanto, é a do continental, na qual o que prende um escritor a outro é aparentemente nada mais que uma superficial habitação do corpo na terra: Doris Lessing e Buchi Emecheta, por exemplo, são ambas “escritoras africanas” de acordo com várias listas escritas por autores acadêmicos. Esse apelo monolítico e homogeneizante não existe sem suas conveniências e motivações, pois seu posicionamento introduz costuras e fraturas em uma rede de significação que liga “África” e “negro” e oferece os meios de dissociação de uma forma de nação essencialmente colonial e, ainda amargamente, contestada. É difícil ver como Lessing pode ser refeita como uma autora Zimbabuana, mas não é difícil ver como ela pode ser “redescoberta” e situada em um cânone mais vago e geral da literatura africana em inglês.

O interesse crítico nos particulares de lugar e origem talvez possa ser visto como parte de uma organização de conhecimento pós-moderna maior, em função do local e do particular, e mesmo, em função da “situacionalidade” como parte de um interesse etnográfico geral nas especificidades da cultura³⁷. Enquanto esse interesse é paralelo aos movimentos que a crítica fez dentro de vários subcampos dos estudos literários e

³⁶ Meu pensamento sobre essas questões ficou mais sofisticado após uma troca com Alan Liu sobre as categorias usadas em seu *Voice of The Shuttle*, particularmente no tópico do local “apropriado” de Salman Rushdie.

³⁷ A série do editor do Projeto Oklahoma para Discurso e Teoria se refere à “particularidade da era pós-moderna”; ver o Prefácio para Goux (1994, viii). Para uma discussão de situacionalidade, ver Simpson (1995). Agradeço a Russel Samolsky por abordar o assunto comigo.

culturais, ele ainda possui uma inclinação antropológica inconfundível que frequentemente se nota nas novas antologias e coleções da escrita anglofônica como um sinal e uma pré-condição da emergência do inglês global como configuração disciplinar³⁸.

Para o tom antropológico das antologias, vale notar até certo ponto, o prefácio de Doris Lessing para o *Cambridge Guide to Literature in English*, publicado em 1993, o qual é como uma propaganda da literatura como guia turístico, montando os países Estrangeiros como objetos a serem “conhecidos” pela literatura:

O que sabemos da sensação, do sabor, da textura e aromas da África do Sul antes das recentes explosões de maravilhosos romances sul-africanos, a maioria traduzida em inglês? Ou sobre a África até que romances escritos por africanos em inglês, de ponta a ponta do continente? Nigéria, Gana, Quênia, Zimbábue, África do Sul – nós somos convidados, porque os escritores são como anfitriões... Nas últimas duas décadas, nos sentimos em casa no Canadá. Os EUA sempre foram parte de nosso domínio literário, por causa de uma língua que – embora se desenvolva tão rápido – permanece prima da nossa (n.p.).

É “por causa de uma língua”, de fato, que essas literaturas diferentes são unidas sob a rubrica da literatura em inglês, na qual “dentro” significa uma habitação, um posicionamento não somente na língua, mas na cultura. “Literatura em Inglês” simultaneamente significa os particulares de lugar e do global, e nesse sentido ecoam também os problemas estruturais para a modernidade, o local e o global. Ou seja, ela significa um posicionamento metafórico e material, de um lado, e funciona como substituição para “literatura mundial” do outro, primariamente, porque a maioria dos acadêmicos nas humanidades reconhece a categoria como aquela que abrange literatura de todas as partes do mundo, escritas originalmente em inglês. A categoria “Literatura em Inglês” não somente significa, mas tem substituído *Commonwealth*, Anglofonia e, agora, Literatura Pós-Colonial. Em suas mais fantásticas evocações como uma questão da “língua adotiva” (SKINNER, 1998), ela liga não somente a escrita das antigas colônias inglês, mas a chamada escrita minoritária de dentro da Grã-Bretanha e dos EUA, o que enfatiza até que ponto esses prováveis novos alinhamentos disciplinares legitimam o centro. Mesmo prometendo transcender as grandes narrativas e poder homogeneizante da categoria de Literatura Inglesa, a Literatura em Inglês mascara sua universalidade como particularidade, isso é, o “inglês” implica unidade e semelhança mesmo quando promete atenção à diferença e multiplicidade.

³⁸ Ver Benson e Connolly (1994); James (1986); Myers (1978); Ramraj (1995); e Stringer (1996).

Enquanto a demanda ocidental pela “escrita do Terceiro Mundo” tem aberto mercados e caminhos migratórios, a distinção entre o “inglês” e o “*Commonwealth*” tem se tornado mais obscura e definitiva. Enquanto as ambiguidades dos significados exatos das categorias nacional e étnico permanecem, uma insistência na especificidade categórica também se tem desenvolvido e é visível na persistência do hífen que nomeia escritores como Sri-Lanka-Canadense ou Indo-Inglês. O hífen torna manifesto o que de outro modo é um desejo implícito de afirmar uma significação fixa para a identidade do autor. Agora que a produção literária em inglês vem de qualquer lugar do mundo, e agora que a “literatura inglesa” é entendida em relação a autores nascidos na Inglaterra ou que se identificam como ingleses, há claramente a necessidade de substituir o termo, e essa necessidade tem sido realizada pela frase “Literaturas em Inglês”. O raciocínio para essa substituição é frequentemente caracterizado como necessidade histórica trazida pela “explosão da escrita em inglês” (MACCABE, 1982); pela insuficiência da alcunha “*Commonwealth*”; pela cisão entre a literatura americana e inglesa; pelo crescimento de outras literaturas anglofônicas dentro dos EUA (BERGONZI, 1990, p. 76); e pela necessidade de se distinguir entre literaturas anglofônicas na Inglaterra e textos literários em gaélico e gaulês. Por isso, agora temos uma categoria que promete apagar essas fronteiras e se organizar em torno daquilo que uma outrossim “diversificada comunidade literária” poderia supostamente ter em comum: a língua (RAMRAJ, 1995, xxvii). Sem qualquer fronteira nacional ou étnica real (além da distinção entre literaturas inglesa e americana), a categoria de “Literaturas do Mundo em Inglês” promete contornar os problemas taxonômicos trazidos pela transculturação, pelas migrações intelectuais pelo fenômeno da “celebridade cosmopolita”³⁹. Essa é uma questão de organização acadêmica e reorganização da literatura, uma vez novos mapas disciplinares do campo – como realizado nas antologias com títulos como o *Concert of Voices: Na Anthology of World Writing in English*, de Ramraj (1995) – objetivam a reestruturar as fronteiras de campos críticos sobreviventes. Nesses mapas, fronteiras cronológicas, nacionais e outrora territoriais dão lugar ao linguístico.

Um ponto inicial de comparação para novas antologias é a alegação de Matthew Arnold⁴⁰ de que todos contribuem para “uma grande literatura – a Literatura Inglesa”,

³⁹ Ver Brennan (1989), “Cosmpolitans”. Sobre o “cosmopolitismo transnacional” e a produção de novas classes de elite capazes de atravessar as fronteiras nacionais e regionais com facilidade, ver Hannerz (1990, p. 246).

⁴⁰ Bergonzi (1990, p.4) situa esse apelo de Arnold dentro de uma noção idealizada de *weltliteratur*.

uma insistência na ideia que a literatura internacional inglesa tanto sutura como superar as tradições literárias nacionais.

Vejo a propaganda do *The Primer of American Literature*. Imagine a expressão de Philip ou Alexandre ao ouvir falar de uma *Primer of Macedonian Literature*! Será que devemos ter uma cartilha da literatura canadense, também? E outra para a australiana? Somos todos contribuintes de uma grande literatura – a Literatura Inglesa. A contribuição da Escócia para essa literatura é mais séria e importante que a América já teve tempo de ser; todavia, uma “*Primer of Scotch Literature*” seria um absurdo. E essas coisas não são apenas absurdas, elas são desaceleradoras, também (BERGONZI, 1990, p.72).

Existem diferenças epistemológicas fundamentais entre o momento da cartilha de Arnold e o momento dessa nova antologia da Literatura em Inglês, no mínimo no sentido que a dele pertence à epistemologia colonial governada por ideias de progresso civil e nacional desimpedidas por rupturas “desaceleradoras” ou por alegações de diferenças. As demandas práticas de profissões acadêmicas e editoriais são agora qualitativamente e quantitativamente diferentes, porque os autores precisam ser postos em categorias na mesma medida que precisam ser colocados em prateleiras, em listas de leituras para processos seletivos, em cursos e em ementas, em livros e em catálogos de livros – todos os quais resultam em um tipo de urgência categórica que eventualmente afeta até mesmo coleções organizadas alfabeticamente. Algo similar ocorre com as demandas da periodização e da especificidade agora diferentes porque há uma proliferadora necessidade generalizada, mas inarticulada, de situar ambos, o texto e o autor, de acordo com o lugar, particularmente, quando os confins estritamente delimitadores de sua identidade nacional são considerados, ao mesmo tempo, teoricamente ilegítimos e tecnicamente insuficientes.

A obra de Ian Hamilton (1994), *Companion to Twentieth-Century Poetry in English*, organizada alfabeticamente, por exemplo, admite a necessidade de estabelecer alinhamentos regionais em sua introdução: “Dos poetas, 550 são britânicos, 550 americanos. Outros territórios se fragmentam da seguinte forma: Austrália (120), Canadá (110), África (60), Ásia (40), Nova Zelândia (35), Caribe (30)” (HAMILTON, 1994, ix). Por detrás da capa de aparente neutralidade da organização alfabética está um sistema taxonômico de veras rígido no qual a Grã-Bretanha e os Estados Unidos são considerados igualmente, com outras nações “anglofônicas” cuidadosamente organizadas em ordem decrescente. Um desejo geográfico também se manifesta na proposta de cobertura territorial e é válido notar que quase todas as novas antologias, coleções, guias e compêndios devotados à “novas” e “emergentes” literaturas contidas na frase “em inglês”

sucumbem (ver SUTHERLAND apud STRINGER, 1996). A obra de Jenny Stringer, *The Oxford Companion to Twentieth-Century Literature in English*, publicada em 1996, é um bom exemplo do desejo geográfico por “representar de fato todas as áreas geográficas do mundo anglófono e um vasto domínio de escrita...seu escopo se estende desde Reino Unido, Irlanda e América para Austrália, Canada, Nova Zelândia, Ásia, África e o Caribe” (STRINGER, 1996, vii, ênfase nossa). O que ambos os exemplos deixam claro é que um gesto de inclusão manifesto para unir toda a literatura do século XX sob uma categoria explanatória é ordenada em linhas hierárquicas, com valores “desde” os terrenos da Anglo-América para o resto do mundo que fala inglês. Existem três categorias presentes mesmo dentro do espaço do mundo falante de inglês: a literatura inglesa, a literatura americana e as outras literaturas. O volume de Stringer (1996, xv) não é, de modo algum, destoante em sua organização interna da divisão em torno da escrita americana, escrita britânica e “outras áreas do mundo anglófono” qualificadas como “literaturas originalmente em inglês”. Similarmente, depois de reconhecer que “a maioria das pessoas concorda que ‘poesia em inglês’ não pode ser pensada no singular”, Ian Hamilton (1994, vi) localiza uma cisão central em seu *The Oxford Companion to Twentieth-century Poetry in English* (1994), entre as “poesias” e sistemas linguísticos da Grã-Bretanha e dos EUA.

O esforço crítico para “fissurar o momento” do inglês em literaturas ou poesias deriva de propósitos políticos específicos: repudiar a padronização e homogeneidade cultural; celebrar diferenças literárias, culturais e históricas; desarticular a hegemonia da literatura inglesa como tal na academia; e reconhecer as diferenças teóricas e práticas entre tradições linguísticas no inglês. Um exemplo crucial desse último propósito é o “*In the Name of Comparative Literature*” de Rey Chow (1995, 114):

Os muitos tipos de escritas pós-coloniais que continuam a serem produzidas em uma ‘única’ língua inglesa ou francesa deveriam nos fazer repensar as demandas linguísticas tradicionais da literatura comparada, para que, pelo menos a princípio, seja possível para alguns estudantes trabalhar em literatura comparada usando uma língua (mesmo que eu duvide muito que esse seja o caso)⁴¹.

Nesses termos, a rapidamente envolvente literatura em inglês é, por sua própria natureza, comparada. O pressuposto implícito de Chow (1995) é que, qualquer estudo acadêmico sério sobre os diferentes textos literários produzidos em inglês deve,

⁴¹ Para argumento similar, ver Talib (1996).

necessariamente, se relacionar às condições de produção históricas e culturais dramaticamente diferentes que os marcam. O que liga a literatura produzida na Austrália ou na Jamaica em sua formulação, então, é a própria noção de uma língua comum. Além desse elo, deve-se lidar não somente com as diferenças dentro daquela linguagem, mas com o problema das diferentes habitações da linguagem do indivíduo e as diferentes experiências de sua imposição. Por fim, argumentos como os de Chow (1995) nos levam à conclusão que textos produzidos no Quênia, na Austrália ou em Trinidad são ligados pela língua comum que não é comum de modo algum.

O perigo real dessa abordagem curricular e crítica, todavia, é tanto expandir o espaço institucional no qual é aceitável quanto desertar um estudo sério de línguas além da inglesa, e que isso oculte a interrogação do interesse em localizar similaridades transculturais fundamentais. Com o desejo de localizar parentesco dentro de diferentes tradições literárias em inglês, em outras palavras, não estamos longe do orientalismo que identifica semelhança e diferença entre Ocidente e Oriente, como Edward Said (1977) já mostrou. Nem estamos longe do universalismo mais persistente de todos: humanismo. Então, faz total sentido que o breve tributo de Lessing ao conhecimento antropológico realizado pelas infinitas variedades de literatura em inglês deva concluir com um tributo às literaturas elas mesmas “porque cada história é um relato de pessoas cujas diferenças são variações do tema de nossa humanidade”.

Ironicamente, o imperativo ético que ajuda a propulsar o desenvolvimento das literaturas em inglês como disciplina – no sentido de obrigação política de representar e desfazer a hegemonia da literatura anglo-americanas na sala de aula – não parece se estender satisfatoriamente à autocrítica. Isto é, o problema da língua, intrínseco à própria ideia de “inglês”, é mal reconhecido, na melhor das hipóteses. Dentro dos departamentos de língua, o “problema da língua” é não raro relegado ao passado pré-moderno ou tem começo e fim com o debate Achebe/Ngugi, o qual ainda desvia do assunto de uma língua dominante. Então, a língua inglesa também é uma questão bem problemática e silenciada dos Estudos Pós-Coloniais dentro do inglês ocidental e dos departamentos de literatura. Admitir problemas propostos por essa questão é admitir que um dos princípios críticos mais influentes dos últimos vinte anos – o poder/conhecimento crítico feito tão forçosamente por Said (1977) na tradição de Foucault – passou despercebido. Ademais, é como se as fundações dos Estudos Pós-Coloniais fossem instáveis diante da revelação de um enorme paradoxo crítico: deve-se usar o inglês para se ser ouvido e ainda assim fazê-lo parecer ceder às mesmas estruturas de poder que o campo tem criticado. De fato, o momento no qual Arif Dirlik (1994, p.341-2) levanta a questão da “língua do discurso

pós-colonial”, quando o objeto de sua crítica é, de fato, as metáforas, a retórica e as ideologias desse discurso, é bastante revelador, pois indica quão não mencionável o problema da língua e, particularmente, da língua inglesa, permanece, além dos problemas da subjetividade que são pensados pelas possibilidades de dialetos e novos ingleses.

A mutação dos “Estudos Pós-Coloniais” em “Literatura em Inglês” inibe nossa habilidade de criticar o próprio inglês, de fazer distinções entre textos, de reconhecer os modos no qual *Tristram Shandy* de Lawrence Sterne (1759) e *The Palm-Wine Drinkard* de Amos Tutuola (1952) são avaliados diferentemente, e de fazer visíveis as diferenças nas forças econômicas, intelectuais e críticas por detrás da produção e circulação de, por exemplo, *Versos Satânicos* de Rushdie (1988) e o *Crossing the River* de Caryl Phillips (1993). O que essa mutação deixa ver, todavia, são as raízes tenazes ainda espreitando sob o campo crítico da Literatura em Inglês: oposições fixas e firmes, tais como inglês e não-inglês, centro e periferia, lar e colônia, continuam a insinuar suas influências na academia. Sugiro, então, que a academia deva pensar e fazer as pazes com a nova configuração do inglês global se quer evitar o que Gayatri Spivak nomeou “uma ignorância global” (1993, p. 278). No contexto de seu trabalho, essa observação reverbera com a devastadora crítica da miopia cultural, as premissas etnocêntricas do discurso teórico ocidental, e a inextrincável conexão entre logocentrismo e etnocentrismo. Entretanto, aqui ela serve como nota de cautela também, pois tratar seriamente a ideia de que um trabalho cultural comparativo pode ser feito confortavelmente de dentro da estrutura da língua inglesa é se tornar profundamente implicado nos processos pelos quais a língua – mesmo a soma total de diferentes línguas – ganha uma hegemonia cada vez maior.

REFERÊNCIAS

- African-American English: Structure, History, and Usage*. New York: Routledge, 1998.
- AHMAD, Aijaz. *In Theory: Classes, Nations, Literatures*. London: Verso, 1992.
- ANG, Ien. *Living Room Wars: Rethinking Media Audiences for a Postmodern World*. New York: Routledge, 1996.
- ANSTEY, F. *Baboo Jabberjee*. London: J.M. Dent & Co., 1897.
- APPADURAI, Arjun. "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy." *Public Culture* n. 2, 1990, p. 1-24.
- ARTEAGA, Alfred. "Bonding in Difference." Interview with Gayatri Spivak. *An Other Tongue: Nation and Ethnicity in the Linguistic Borderlands*. Durham, NC: Duke UP, 1994. 273-85.

- AUERBACH, Erich. *Mimesis: The Representation of Reality in Western Literature*. 1946. Trans. Willard Trask. Garden City, NY: Doubleday, 1953. Australian National Dictionary'- Oxford: Oxford UP, 1988.
- BARRERÉ, Albert, and Charles Leland, eds. *A Dictionary of Slang, Jargon & Cant: Embracing English, American, and Anglo-Indian slang from pidgin English, tinkers' jargon and other irregular phraseology*. Edinburgh: Ballantyne P, 1889.
- BENSON, Eugene, and LW. Conolly, eds. *Encyclopedia of Post-colonial Literatures in English*. New York: Routledge, 1994.
- BERGONZI, Bernard. *Exploding English: Criticism, Theory, Culture*. New York: Oxford UP, 1990.
- BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. New York: Routledge, 1994.
- _____. "Unsatisfied: Notes on Vernacular Cosmopolitanism." *Text and Nation*. Ed. Laura García-Moreno and Peter C. Pfeiffer. Columbia, SC: Camden, 1996. 191-207.
- BOHMAN, James; Matthias Lutz-Bachmann, eds. **Perpetual Peace**: Essays on Kant's Cosmopolitan Ideal. Cambridge: MIT P, 1997.
- BRADSHAW, James. *A Scheme for making the English Language the International Language for the World: Shewing the desirableness of some language being adopted for such purpose; that the English has peculiar claims for it; and that its use may be greatly accelerated by making sundry alterations in its orthography and construction; the whole being recommended to the consideration of the British government*. London: E.T. Brain & Co., 1847.
- BRENNAN, Timothy. "Cosmopolitans and Celebrities." *Race and Class*, vol. 31, n.1, 1989, p.1-19.
- _____. *At Home in the World: Cosmopolitanism Now*. Cambridge: Harvard UP, 1997.
- BRYSON, Bill. *The Mother Tongue: English and How It Got That Way*. New York: Morrow, 1990.
- BUELL, Frederick. *National Culture and the New Global System*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1993.
- BURCHFIELD, Robert, ed. *The Cambridge History of the English Language*. Cambridge: Cambridge UP, 1994.
- BURCHFIELD, Robert, and Hans Aarsleff. *The Oxford English Dictionary and the State of the Language*. Washington, DC: Library of Congress, 1988.
- CALVET, Louis-Jean. *Linguistique et Colonialisme, petit traité de glottophagie*. Paris: Payot, 1974.
- CAMERON, Deborah. Mixing It: The Poetry and Politics of Bad English. *Critical Quarterly*, vol. 40, n.4, 1998, p. 107-10. "Canton-English." *Household Words* 9 May 1857: 450-2.
- CHEAH, Pheng; Bruce Robbins. *Cosmopolitics*. Minneapolis: U of Minnesota P, 1998.
- CHOW, Rey. In the Name of Comparative Literature. *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Charles Bernheimer (d.). Baltimore: Johns Hopkins UP, 1995. 107-16.
- CLAIBORNE, Robert. *Our Marvelous Native Tongue*. New York: NY Times Books, 1983.

- CLIFFORD, James. "Traveling Cultures." *Cultural Studies*. Ed. Lawrence Grossberg, Cary Nelson, and Paula A. Treichler. New York: Routledge, 1992. 96-116.
- COSTA, Janeen Arnold; Gary J. Bamossy, eds. *Marketing in a Multicultural World: Ethnicity, Nationalism, and Cultural Identity*. London: Sage, 1995.
- CRYSTAL, David. *The Cambridge Encyclopedia of the English Language*. New York: Cambridge UP, 1995.
- _____. *English as a Global Language*. Cambridge: Cambridge UP, 1997.
- DELEUZE, Gilles; Felix Guattari. *One Thousand Plateaus*. Trans Brian Massumi. Minneapolis: U of Minnesota P, 1987.
- DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Trans. Gayatri Spivak. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1976.
- _____. "Des Tours des Babel." *Difference in Translation*. Ed. Joseph F. Graham. Ithaca, NY: Cornell UP, 1985. 165-248.
- A Dictionary of Caribbean English Usage*. Oxford: Oxford UP, 1996.
- A Dictionary of Jamaican English*. Cambridge: Cambridge UP, 1980.
- A Dictionary of South African English*. Oxford: Oxford UP, 1996.
- DIRLIK, Arif. "The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism." *Critical Inquiry*, vol. 20, 1994, p 328-56.
- DOUGHTY, Charles. *Travels in Arabia Deserta*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge UP, 1888.
- DOVRING, Karin. *English as Lingua Franca: Double Talk in Global Persuasion*. Westport, CT: Praeger, 1997. "Early Modern Globality." Call for Papers. Online. 1997. Available: gopher://dept.english.upenn.edu:70/0R9158692422/Announce/CFP/Renaissance.
- ELUGBE, Ben Ohi; Augusta Phil Omamor. *Nigerian Pidgin: Background and Prospects*. Nigeria PLC: Heinemann, 1991.
- ENOCH, Wesley; Deborah Mailman. *The Seven Stages of Grieving*. Brisbane, Austral.: Playlab P, 1996.
- FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. Trans. Charles Lam Markmann. New York: Grove P, 1967.
- FRANKENBERG, Ruth; Lata Mani. "Crosscurrents, Crosstalk: Race, 'Postcoloniality,' and the Politics of Location." *Displacement, Diaspora, and Geographies of Identity*. Ed. Smadar Lavie and Ted Swedenburg. Durham, NC: Duke UP, 1996. 273-93.
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. London: Hamish Hamilton, 1992.
- "The Future of the English Language." *Chambers's Journal*, n. 71, 1894, p. 296.
- GEORGE, Rosemary Marangoly. *The Politics of Home*. Cambridge: Cambridge UP, 1996.
- GLISSANT, Edouard. *Caribbean Discourse: Selected Essays*. Trans. J. Michael Dash. Charlottesville: UP of Virginia, 1989.
- GOUX, Jean-Joseph. *The Coiners of Language*. Norman: U of Oklahoma P, 1994.

- GRADDOL, David; Dick Leith,; Joan Swann, eds. *English: History, Diversity and Change*. London: Routledge, 1996.
- HAMELINK, Cees J. *Trends in World Communication*. Penang: Southbound and Third World Network, 1994.
- HAMILTON, Ian. *The Oxford Companion to Twentieth-Century Poetry in English*. New York: Oxford UP, 1994.
- HANNERZ, Ulf. "Cosmopolitans and Locals in World Culture." *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*. Ed. Mike Featherstone. London: SAGE, 1990. 237-52.
- HAYTER, HWG. *Pidgin English Rhymes: Being the Strange Adventures of Wei Man-Man and Ossaw Tee*. Shanghai: China Printing Co., 1909.
- HESS, David J. *Science and Technology in a Multicultural World*. New York: Columbia UP, 1995.
- JAMES, Trevor, ed. *English Literature from the Third World*. Harlow, UK: Longman York P, 1986.
- JAMESON, Fredric. *Postmodernism, Or, The Cultural Logic of State Capitalism*. Durham, NC: Duke UP, 1991.
- KOTKIN, Joel. *Tribes: How Race, Religion, and Identity Determine Success in the New Global Economy*. New York: Random, 1993.
- KURISAKI, Yoshiko. *The Changing Role of Telecommunications in the Economy: Globalisation and Its Impact on National Telecommunication*. Paris: Org. for Economic Co-operation and Development, 1995.
- "A Language in Common". *Times Literary Supplement* 10 Aug. 1962.
- LELAND, Charles G. *Pidgin-English Sing-Song or Songs and Stories in the China-English Dialect*. London: Trübner & Co., 1876.
- LESSING, Doris. "Foreword." Ousby n.pag.
- LIU, Alan. *Voice of the Shuttle: A Web Site for Humanities Research*. Online. Available: humanitas.ucsb.edu. Accessed Dec 1996.
- LULL, James. *Media, Communication, Culture: A Global Approach*. Cambridge: Polity P, 1995.
- MACCABE, Colin. "Towards a Modern Trivium: English Studies Today." *Inaugural Lecture at U of Strathclyde*, Scotland, UK, 1982.
- MATTELART, Armand. *Advertising International: The Privatization of Public Space*. Trans. Michael Chañan. New York: Routledge, 1992.
- _____. *Multinational Corporations and the Control of Culture*. Trans. Michael Chañan. Sussex: Harvester P, 1979.
- MATTELART, Armand, and Ariel Dorfman. *How to Read Donald Duck: Imperialist Ideology in the Disney Comic*. 1971. Trans. David Kunzle. New York: International General, 1984.
- MATTELART, Armand, Xavier Delcourt, and Michèle Mattelart. *International Image Markets: In Search of an Alternative Perspective*. Trans. David Buxton. London: Comedia Pub., 1984.

- MATTHEWS, Brander. "The Future Literary Centre of the English Language." *The Bookman*, vol. 12, 1900, p. 238-40.
- MCARTHUR, Tom, ed. *The Oxford Companion to the English Language*. Oxford: Oxford UP, 1992.
- MELLING, Phil; Jon Roper, eds. *Américanisation and the Transformation of World Cultures: Melting Pot or Cultural Chernobyl?* Lewiston, NY: Mellen P, 1996.
- MIYOSHI, Masao. "A Borderless World? From Colonialism to Transnationalism and the Decline of the Nation-State." *Critical Inquiry*, 19, 1993, p.726-51.
- MIYOSHI, Masao; H.D. Harootunian, eds. *Japan in the World*. Durham, NC: Duke UP, 1993.
- MORLEY, David; Kevin Robins. *Spaces of Identity: Global Media, Electronic Landscapes and Cultural Boundaries*. New York: Routledge, 1995.
- MYERS, Robin, ed. *A Dictionary of Literature in the English Language from 1940 to 1970*. Oxford: Pergamon, 1978.
- NEWBOLT, Henry "The Future of the English Language." *Transactions of the Royal Society of Literature of the United Kingdom*, n.3, 1923, p.1-16.
- NGUGI WA THIONG'O. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. London: Heinemann, 1986.
- ORSMAN, Harry, ed. *Dictionary of New Zealand English*. Oxford: Oxford UP, 1998.
- OSTRY, Sylvia; Richard R. Nelson. *Techno-Nationalism and Techno-Globulism: Conflict and Cooperation*. Washington, DC: Brookings Inst., 1995.
- OUSBY, Ian, ed. *The Cambridge Guide to Literature in English*. Cambridge: Cambridge UP, 1993.
- Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*. Oxford: Oxford UP, 1997.
- PHILLIMORE, John, ed. *Local Matters: Perspectives on the Globalisation of Technology*. Murdoch, Austral: Inst, for Sustainability and Technology Policy, Murdoch U, 1995.
- QUIRK, Randolph. *A Grammar of Contemporary English*. London: Longman, 1972.
- RAMRAJ, Victor J., ed. *Concert of Voices: An Anthology of World Writing in English*. Orchard Park, NY: Broadview P, 1995.
- READINGS, Bill. *The University in Ruins*. Cambridge: Harvard UP, 1996.
- REICH, Robert. *The Work of Nations*. New York: Simon, 1991.
- RITCHIE, Mark. *Globalization v. Globalism: Giving Internationalism a Bad Name*. Online document. Available: www.panix.com/~jimcook/globalization/gl_vs_gl.htm. Accessed Nov. 1997.
- ROBERTSON, Roland. *Globalization: Social Theory and Global Culture*. London: Sage, 1992.
- ROBINSON, William I. *Globalisation: Nine Theses on our Epoch*. *Race and Class* 38.2 (1996):1-24.
- ROLLIN, Roger. *The Americanization of the Global Village*. Bowling Green, OH: Bowling Green State UP, 1989.
- SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage, 1977.

- SARO-WIWA, Ken. *Sozaboy: A Novel in Rotten English*. 1985. White Plains, NY: Longman, 1994.
- SASSEN, Saskia. *Globalization and Its Discontents*. New York: New P, 1998.
- SCHWENGER, Peter. "America's Hiroshima, Hiroshima's America." *Boundary*, vol. 2 21.1, 1994, p. 233-53.
- SHIPLEY, Joseph T. *In Praise of English: The Growth and Use of Language*. New York: Times Books, 1977.
- SIMPSON, David. *The Academic Postmodern and the Rule of Literature*. Chicago: U of Chicago P, 1995.
- SIVANANDAN, A. "New circuits of imperialism." *Race and Class*, vol. 30, n.4, 1989, p. 1-19.
- SKINNER, John. *The Stepmother Tongue: An Introduction to New Anglophone Fiction*. New York: St. Martin's, 1998.
- South Asian English: Structure, Use, and Users*. Champaign-Urbana: U of Illinois P, 1996.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Outside in the Teaching Machine*. New York: Methuen, 1993.
- STARNE, DeWitt T., and Gertrude E. Noyes, eds. *The English Dictionary from Cawdrey to Johnson (1604-1755)*. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- Stephenson, Neal. *The Diamond Age, or A Young Lady's Illustrated Primer*. New York: Bantam, 1995.
- STRINGER, Jenny, ed. *The Oxford Companion to Twentieth-Century Literature in English*. New York: Oxford UP, 1996.
- SUTHERLAND, John. "Introduction." *Stringer*, 1996, xxi-xxi.
- SUTTON-BRADY, Catherine. "Globalisation and the Role of Multinational Corporations". *Phillimore*, p. 44-9.
- TANG, Puay; Robin Mansell. *Telecommunication, Multinational Enterprises and Globalization: Implications for Future Network Development*. Brighton, UK: Science and Technology Policy Research Unit, 1993.
- TALIB, Ismail. "Nonnative English Literature in the World Literature Syllabus". *No Small World: Visions and Revisions of World Literature*. Ed. Michael Carroll. Urbana, IL: Natl. Council of Teachers of English, 1996. 81-90.
- TRINH T. Minh-ha. *Woman, Native, Other*. Bloomington: Indiana UP, 1989.
- TWJ. *Baboo English: Our Mother-tongue as Our Aryan Brethren Understand It. Amusing Specimens of Composition and Style, or English as Written by Some of Her Majesty's Indian Subjects*. Calcutta: H.P. Kent and Co., 1890.
- WRIGHT, Arnold. *Baboo English as 'Tis Writ. Being Curiosities of Indian Journalism*. London: T. Fisher Unwin, 1891.
- ZACHRISSON, Robert. *Anglic: An International Language with a Survey of English Spelling Reform*. Cambridge: Heffer, 1932.

Recebido em: 22 de março. 2018

Aceito em: 21 de nov. 2018